

CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Em 2013 a instituição passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas. Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, a instituição encontra-se bem posicionada para identificar as melhores oportunidades de mercado. Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento. Este esforço apresentou resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas convertidas em clientes. Em 2015, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Conglomerado neste importante nicho do mercado brasileiro.

• PROJETO DIGITAL

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de alta renda, empresas corporata qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento. A partir desses princípios, iniciamos, em 2013, e de forma mais acelerada no final de 2014, pesados investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para a construção de um banco digital completo, que utilizará o que há de mais atual na tecnologia global. O lançamento está previsto para o segundo semestre de 2015. Para tanto, a instituição apresentou em 28/07/2014 referente ao ano-base 2013 as informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) relacionadas às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei nº 11.196 de 2005 (Lei do Bem). Em 11/06/2015 o MCTI comunicou ao Conglomerado que as exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas, o que o habilita a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei. O benefício de imposto de renda e contribuição social gerado pela instituição foi de R\$ 771.

• DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

1. RESULTADOS

Em 30 de Junho de 2015, a instituição apresentou lucro no semestre de R\$ 55.674, contra um lucro de R\$ 24.161 apresentado no primeiro semestre de 2014. Este crescimento expressivo no resultado é decorrente da expansão dos negócios corporata e agronegócio, através da ampliação da oferta de produtos e serviços, consolidando a fidelização de nossos clientes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/15	30/06/14
Ativo Circulante		4.244.032	2.331.995
Disponibilidades	5	21.503	10.271
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	536.954	704.698
Aplicações no Mercado Aberto		534.942	699.411
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.012	5.287
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.247.703	322.191
Carteira Própria		667.904	43.369
Vinculados a Compromissos de Recompra		247.965	–
Vinculados à Prestação de Garantias		190.381	274.460
Instrumentos Financeiros Derivativos		141.453	4.362
Relações Interfinanceiras	8	1.034	3.353
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		33	1.213
Créditos Vinculados:		710	383
Depósitos no Banco Central		710	383
Correspondentes		291	1.757
Relações Interdependências	15.d	1.210	–
Transferências Internas de Recursos		1.210	–
Operações de Crédito	9	1.787.288	1.104.139
Setor Privado		1.858.479	1.161.322
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(71.191)	(57.183)
Outros Créditos	10.a	638.318	180.466
Carteira de Câmbio		91.041	72.622
Rendas a Receber		749	442
Negociação e Intermediação de Valores		6.184	2.518
Créditos Tributários	10.b.1	52.696	32.549
Direitos Creditórios	10.d	462.347	42.552
Diversos	10.d	29.716	30.955
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(4.415)	(1.082)
Outros Valores e Bens	11	10.022	6.877
Despesas Antecipadas		11	10.022
Ativo Realizável a Longo Prazo		997.216	834.789
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	4.564	4.082
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.564	4.082
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	158.306	287.644
Carteira Própria		157.305	65.855
Vinculados à Prestação de Garantias		–	221.789
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.001	–
Operações de Crédito	9	635.294	338.097
Setor Privado		670.270	349.971
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(34.976)	(11.874)
Outros Créditos	10.b.1	143.585	146.338
Créditos Tributários		143.585	146.338
Outros Valores e Bens	11	55.467	58.628
Outros Valores e Bens		74.366	74.116
(Provisão para Desvalorização)		(18.899)	(15.488)
Permanente		434.894	75.520
Investimentos		54.394	1.134
Participações em Coligadas e Controladas:		53.929	530
No País	12	53.929	530
Títulos Patrimoniais		–	401
Outros Investimentos		465	203
Imobilizado de Uso	13	83.319	21.745
Imóveis de Uso		6.932	4.168
Outras Imobilizações de Uso		90.398	29.315
(Depreciações Acumuladas)		(14.011)	(11.738)
Ativos Intangíveis	14	297.181	52.641
Ativos Intangíveis		297.181	52.641
Total do Ativo		5.676.142	3.242.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		2.181.972	–	2.302	504	(147.934)	2.036.844
Ajuste de Avaliação Patrimonial		–	–	–	(504)	–	(504)
Aumento de Capital		–	2.342	–	–	(2.342)	–
Lucro Líquido do Semestre		–	–	–	–	24.161	24.161
Destinações		–	–	–	–	–	–
Constituição de Reserva Legal		–	–	123	–	(123)	–
Saldos em 30 de Junho de 2014		2.181.972	2.342	2.425	3	(126.238)	2.060.504
Mutações do Semestre		–	2.342	123	(501)	21.696	23.660
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.184.316	23.150	1.736	(8.179)	2.083.150	2.083.150
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	–	–	–	(433)	–	(433)
Aumento de Capital	19.a	23.150	(23.150)	–	–	–	–
Lucro Líquido do Semestre		–	–	–	–	55.674	55.674
Saldos em 30 de Junho de 2015		2.207.466	–	1.736	(8.612)	(62.199)	2.138.391
Mutações do Semestre		23.150	(23.150)	–	(433)	55.674	55.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo BACEN e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), especificamente as normas do Conglomerado Financeiro, e do BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. As demonstrações Combinadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras dos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 29 de julho de 2015 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS DE COMBINAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o COSIF, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro. As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 30 de junho de 2015 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que ambos não possuem participação um no outro e são controlados pela J&F Participações Ltda. (J&F). O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações Combinadas antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

2. ATIVOS E PASSIVOS

O total de ativos atingiu R\$ 5.676.142 (30/06/2014 - R\$ 3.242.304) e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/15	30/06/14
Aplicações Interfinanceiras	541.518	708.780
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.406.009	609.836
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	3.081.489	1.627.480

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, a carteira de crédito e carteira com característica de operação de crédito, ao término do semestre atingiram R\$ 3.081.489; o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 110.582, correspondente a 3,59 % da carteira total; em junho de 2014 correspondiam a R\$ 1.627.480 e R\$ 70.139, respectivamente. O crescimento de 89% da carteira de operações de crédito, decorre da expansão dos segmentos corporata e agronegócio e da aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de clientes e produtos, que, por serem de menor risco, geram menor margem financeira, e resultam em menores despesas com provisão de crédito. Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, em função do expressivo crescimento da carteira de crédito, a Administração, de forma conservadora, optou por antecipar a possível piora do cenário econômico brasileiro realizando um aumento para as provisões de crédito.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 2.138.391 (30/06/2014 - R\$ 2.060.504), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/15	30/06/14
Capital Social	2.207.466	2.184.314
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(8.612)	3
Reservas de Lucros	1.736	2.425
Prejuízos Acumulados	(62.199)	(126.238)

• EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS

Em 2014 o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou as seguintes expansões para o Conglomerado:

- Operar com a carteira de investimentos e/ou desenvolvimento;
- Abertura de agência no exterior;
- Aquisição de investimento na Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.;
- Aquisição de investimento na Original Asset Management Ltda.

• AGÊNCIA DE RATING

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Conglomerado. A tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Internacional (IDR - moeda local e estrangeira)	
Moody's ⁽¹⁾	BR - 2	Baa1.Br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽¹⁾	brA-3	brBBB	–	–
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2	BBB	B	B

⁽¹⁾ Junho/2015

• GOVERNANÇA CORPORATIVA

1. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN, relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Conglomerado possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Conglomerado conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório. O Conglomerado revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando às melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

2. COMITÊ DE AUDITORIA

A partir do 3º trimestre de 2014, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

• OUVIDORIA

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão. Em 2015, foram abertas 34 demandas (30/06/2014 - 60), sendo 33 relativas a Consignados e 1 referente a cliente do Agronegócio; as demandas foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

• PESSOAS

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências. Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

• RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria. Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 29 de Julho de 2015
Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Receitas da Intermediação Financeira		454.308	213.479
Operações de Crédito	9.g	316.995	96.343
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	125.017	50.190
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	1.138	70.267
Resultado de Operações com Câmbio		11.958	(3.321)
Despesas da Intermediação Financeira		(264.484)	(65.917)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(125.295)	(42.825)
Operações de Empréstimos e Repasses		(84.939)	(338)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(54.250)	(22.454)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		189.824	147.862
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(94.098)	(88.432)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	22	18.269	6.143
Despesas de Pessoal	23	(49.172)	(46.506)
Outras Despesas Administrativas	24	(46.080)	(31.306)
Despesas Tributárias	25	(14.234)	(9.531)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	1.144	(178)
Outras Receitas Operacionais	26	3.587	2.931
Outras Despesas Operacionais	27	(7.612)	(9.831)
Resultado Operacional		95.726	59.430
Resultado não Operacional	28	97	(855)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		95.823	58.575
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	(15.702)	(20.309)
Provisão para Imposto de Renda		(9.916)	(11.342)
Provisão para Contribuição Social		(6.131)	(6.154)
Ativo Fiscal Diferido		345	(2.813)
Participações no Lucro		(24.477)	(14.105)
Lucro Líquido do Semestre		55.674	24.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Atividades Operacionais		55.674	24.161
Lucro Líquido do Semestre		23.118	75.560
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre:		9.e	54.250
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		54.117	21.441
Carteira de Crédito		139	1.083
Outros Créditos		(6)	(70)
Cessão de Créditos		1	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

h) Outros Ativos: Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

l) Despesas Antecipadas: São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

j.1) Títulos Patrimoniais: Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.

j.2) Investimentos em Controladas: Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.3) Imobilizado de Uso: O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: edificações - 25 anos, instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.4) Intangíveis: Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares. Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida econômica estimada, que não ultrapassará dez anos. A amortização do projeto não foi iniciada até junho de 2015. A expectativa de início da amortização é a partir de 2016.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment"): É reconhecido como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No primeiro semestre de 2015 e 2014 foram realizados testes e a instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo seus impactos no resultado.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Plano de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido): A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes de R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e para as demais empresas não financeiras é de 9% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias): O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

• **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• **Passivos Contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;

• **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e

• **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

p) Outros Passivos: Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de Exercícios Futuros: Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondente a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas: O Conglomerado possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 21.

s) Resultado por Ação: É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

t) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP): A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976. No primeiro semestre de 2015 e 2014 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

u) Avais e Fianças: Os avais e fianças não honorados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos revistos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por cobrograções a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas. As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência. As operações de avais e fianças honoradas terão provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

5. DISPONIBILIDADES

Composição	30/06/2015	30/06/2014
Disponibilidades em Moeda Nacional e Estrangeira	21.503	10.271
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6)	534.942	699.411
Total	556.445	709.682

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015	30/06/2014
	Valor			Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	534.942	-	-	534.942	699.411
Posição Bancada	534.942	-	-	534.942	689.939
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	357.076
Letras do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	332.863
Posição Financiada	534.942	-	-	534.942	9.472
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	9.472
Aplicações de Depósitos Interfinanceiros	2.012	-	-	4.564	9.369
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	-	-	4.082
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	176	-	-	176	517
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	1.633	-	-	1.633	4.376
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	203	-	-	203	394
Total	536.954	-	-	541.518	708.780
Circulante	536.954	-	-	536.954	704.698
Longo Prazo	-	-	-	-	4.564

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiados na CETIP - Valor Organizativo de Ativos e Derivativos e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários:

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva:

a.1.1) Títulos para Negociação:

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	30/06/2015	30/06/2014
	Valor		Contábil	Contábil
Carteira Própria	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.696	34	4.730	941
Ações de Companhias Abertas	33.249	55.677	88.926	41.828
Total	37.945	55.711	93.656	42.769

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda:

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	30/06/2015	30/06/2014
	Valor		Contábil	Contábil
Carteira Própria	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	158.163	(366)	157.797	441.024
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	48.816	(1.411)	47.405	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	99.048	(1.962)	97.086	118.275
Aplic. em TVM no Exterior ⁽¹⁾	429.141	(3.109)	426.032	-
Títulos Privados	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.208	25	3.233	3.405
Total	738.376	(6.823)	731.553	562.704

Vinculados a Compromissos de Recompra

	30/06/2015	30/06/2014
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	240.468	(2.932)
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	10.727	(298)
Total	251.195	(3.230)

Vinculados à Prestação de Garantias

	30/06/2015	30/06/2014
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	165.376	(2.295)
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	27.909	(609)
Total	193.285	(2.904)

⁽¹⁾ Os títulos no exterior encontram-se custodiados na EuroClear.

a.2) Classificação e Vencimento:

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015	30/06/2014
	Total				Total	Total
Títulos para Negociação	-	-	-	-	-	-
Carteira Própria	-	-	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.730	-	-	-	4.730	941
Total Títulos Públicos	4.730	-	-	-	4.730	941
Títulos Privados	-	-	-	-	-	-
Ações de Companhias Abertas	88.926	-	-	-	88.926	41.828
Total Títulos Privados	88.926	-	-	-	88.926	41.828
Total Títulos para Negociação	93.656	-	-	-	93.656	42.769

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015	30/06/2014
	Total				Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-
Carteira Própria	-	-	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	126.435	18.548	12.814	157.797	441.024
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	47.405	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	97.086	97.086	118.275
Aplicação em TVM no exterior	-	243.353	182.679	-	426.032	-
Total Títulos Públicos	-	369.788	201.227	157.305	728.320	559.299
Títulos Privados	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	3.233	-	-	-	3.233	3.405
Total Títulos Privados	3.233	-	-	-	3.233	3.405
Total Carteira Própria	96.889	369.788	201.227	157.305	825.209	605.473
Circulante	-	-	-	-	667.904	317.829
Longo Prazo	-	-	-	-	157.305	287.644

Vinculados a Compromissos de Recompra

	30/06/2015	30/06/2014
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	240.468	(2.932)
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	10.727	(298)
Total	251.195	(3.230)

Vinculados à Prestação de Garantias

	30/06/2015	30/06/2014
Títulos Públicos	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	165.376	(2.295)
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	27.909	(609)
Total	193.285	(2.904)

⁽¹⁾ Os títulos no exterior encontram-se custodiados na EuroClear.

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	40.027	48.223
Rendas de Títulos de Renda Fixa	36.099	12.676
Rendas de Títulos de Renda Variável	28.957	(11.409)
Resultado de Títulos no Exterior	19.934	-
Total	125.017	50.190

b) Instrumentos Financeiros Derivativos: O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, tais como taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, lbovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico. Para o semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" no termos da Circular CMN nº 3082/2002. A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração. As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "Var" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estabelecido de acordo com o prazo de liquidação/realização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss". Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

	Value at Risk	jun/14
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Medida
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	354
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	1
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	2.805
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	12.283
Exposição com Correlação		16.358
Carteira Banking - jun/2015	Teste de Estresse	jun/14
Risco	Medida	Fechamento
Risco de Taxa de Juros	27.045	29.975

b.1) Futuras e Opções de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado: A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Premissas para determinação de preços de mercado:

• **Futuras e Opções Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;

• **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e

• **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2015	30/06/2014
	Valor	Valor
	Curva	Curva
NDF	31.644	42.936
Posição Ativa	31.644	42.936
Commodities	-	-
Pré-fixado	3.758	17.699
Dólar	27.886	25.237
Passivo	(29.614)	(8.367)
Commodities	-	-
Pré-fixado	(2.082)	(2.853)
Dólar	(27.532)	(5.514)
Diferencial Líquido	2.030	34.569
Swap	101.869	97.437
Dólar	101.269	95.984
CDI	514	1.385
IPCA ⁽¹⁾	86	68
Passivo	(2.817)	(2.133)
Pré-fixado	-	-
Dólar	(2.747)	(1.965)
CDI	(70)	(168)
IPCA	-	-
Diferencial Líquido	99.052	95.304
Opções	1.956	2.081
Posição Ativa	1.956	2.081
Índice DI	1.956	2.081
Diferencial Líquido	1.956	2.081

⁽¹⁾ Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2015	30/06/2014
b.1) Ativo Fiscal Diferido: Em 30 de junho de 2015 e de 2014, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Aliquotas IRPJ 25% e CSLL 15%). Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.		
Prejuízo Fiscal	232.130	239.403
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	58.033	59.851
Base Negativa de Contribuição Social	236.112	242.937
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 15%	35.417	36.440
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	106.167	69.058
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	4.415	1.082
Provisão para Créditos Cedidos com Coobrigação	23.133	22.437
Provisão para Contingências Trabalhistas	33.236	29.464
Provisão para Despesas Administrativas	27.154	22.522
Provisão PLR - Administradores	11.888	12.849
Provisão para Perda no Valor Recuperável de Bens não de Uso	18.899	15.488
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	9.064	631
PIS/COFINS Diferidos sobre Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos - 4,65%	-	(32)
Ajuste Futuro - DI e DDI	-	665
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(459)	(31)
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	908	52
Perdas em Operações de Crédito	2190	32.997
Outras Diferenças Temporárias	769	7149
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	255.569	201.514
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	255.569	214.363
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	63.892	50.378
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	38.335	32.154
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	808	-
Ajuste Futuro - DI e DDI	-	665
Ajuste Títulos de Outros Países	3.109	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	9.064	631
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	12.981	1.348
Aliquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	196.281	178.887
Circulante	52.696	32.549
Longo Prazo	143.585	146.338

b.2) Passivo Fiscal Diferido:

	30/06/2015	30/06/2014
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	84.610	631
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	23	3.826
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(3.935)	(207)
Ajustes Futuro - DI e DDI	264	33.327
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(12)	(1150)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	80.950	36.022
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	20.238	9.007
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 15%	12.143	5.404
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	84.610	3.821
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	24	636
Ajuste Futuro - DI e DDI	264	33.327
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	84.898	37.784
Aliquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	3.948	1.757
Total do Passivo Fiscal Diferido	36.328	16.468
Circulante	36.328	16.168
Longo Prazo	-	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido:

	30/06/2015	30/06/2014
Ano	Fiscal Diferido	Fiscal Diferido
2014	-	-
2015	52.696	36.328
2016	35.151	-
2017	33.883	-
2018	65.462	-
2019	7.068	-
A partir de 2020	2.021	-
Total	196.281	36.328

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários: O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2015, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 159.732 (30/06/2014 - R\$ 142.344).

d) Outros Créditos Diversos:

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	13.077	14.830
Devedores por Depósitos em Garantia	10.588	7.978
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.794	1.399
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	2.269	2.089
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	6.525	4.490
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽³⁾	462.347	42.552
Valores a Receber	-	3.507
Pagamentos a Ressarcir	1	-
Aclantamentos Salariais/Outros	4.921	2.930
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	937	835
Outros	292	785
Total	492.063	73.417
Circulante	492.063	73.417
Longo Prazo	-	-

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2015, este montante refere-se, principalmente, ao PIS e à COFINS a compensar, oriundos da incorporação da Ficris Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2003, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

⁽²⁾ O Conglomerado possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

⁽³⁾ Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 345.659, que refere-se à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas). No período de 30 de junho de 2014 não tivemos esta operação.

11. OUTROS VALORES E BENS

	30/06/2015	30/06/2014
Bens não de Uso - Imóveis ⁽¹⁾	74.366	71.116
(Provisão para Desvalorização)	(18.899)	(15.488)
Despesas Antecipadas	10.022	6.877
Total	65.489	65.505
Circulante	10.022	6.877
Longo Prazo	55.467	58.628

⁽¹⁾ No semestre findo em 30 de junho de 2015 o Banco, de forma conservadora, incrementou a provisão para desvalorização no montante de R\$ 3.508. No primeiro semestre de 2014, o Banco fez uma consolidação de imóveis no montante de R\$ 37.064 para quitação de dívidas. Destacamos que não houve impacto no resultado, pois a reversão da PCLD para essa recuperação ocorreu no mesmo período de sua constituição.

12. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Investimentos Controladas do Banco	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação	Saldo Inicial	30/06/2015	30/06/2014
	Ações Ordinárias e Cotas	Participação				
Original Promotora Ltda.	Intermediação	149.985	99,99%	2.383	89	-
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	Investimento	99.999	99,99%	(3.356)	-	-
Original Asset Management Ltda. ⁽²⁾	Administração de Carteira/Fundos	3.500.000	99,00%	23.133	22.437	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	Corretora de Seguros	1.000.000	99,90%	2.383	89	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-
				(3.356)	-	-
				23.133	22.437	-
				2.383	89	-
				506	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

30. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Conglomerado conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Conglomerado. Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses. Em conformidade com a regulamentação do BACEN, o Conglomerado disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais: Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Conglomerado considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's - Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Conglomerado como um todo.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado: O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN. A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos

realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria. As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios. Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez: A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado periodicamente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia. A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Conglomerado e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas pelo Conglomerado para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito: Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contraparte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações nos indexadores e moedas associados à obrigação. No caso particular em que o cliente é a contraparte do Conglomerado em uma operação de derivativos, avalia-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seus impactos nos instrumentos financeiros. A Diretoria do Conglomerado é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Conglomerado, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Garantias Prestadas: Em 30 de junho de 2015, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R\$ 288.156 (30/06/2014 - R\$90.623), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos

beneficiários; e coobrigação em cessões de créditos, em R\$ 154 (30/06/2014 - R\$ 929), pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 1.226 (30/06/2014 - R\$ 731).

b. Seguros: O Conglomerado possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Conglomerado mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2015, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 3.515 (30/06/2014 - R\$ 12.356), referente à carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 61 (30/06/2014 - R\$ 483). A Administração do Conglomerado considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões: O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos Assumidos por Captações junto a Instituições Financeiras Internacionais: O Conglomerado é tomador de empréstimo de curto prazo junto às instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 30 de junho de 2015, o Conglomerado atende todos os índices financeiros.

e. Informações Suplementares: Publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2015, a Medida Provisória nº 675 majorou a alíquota da CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para as instituições financeiras de 15% para 20%, vigorando a partir de 1º de setembro de 2015. Considerando-se que o Crédito Tributário constituído com base nas diferenças temporárias, decorrentes dos ajustes tributários efetuados nas instituições que compõem o Conglomerado Original, são de longo prazo e consequentemente serão realizados na vigência da nova alíquota, calculamos qual seria este efeito com base nos saldos em 30 de junho de 2015, cujo resultado foi o aumento do Crédito Tributário em R\$ 20.537 MM, assim demonstrado:

Descrição	Conglomerado
Base de Cálculo	410.732
Crédito Tributário à Alíquota de 15%	61.610
Crédito Tributário à Alíquota de 20%	82.147
Diferença a constituir	20.537

Os valores acima mencionados não são parte integrante do resultado encerrado em 30 de junho de 2015 e somente poderão ser reconhecidos a partir de 1º de setembro de 2015, considerando-se a hipótese da MP nº 675/15 ser aprovada pelo Congresso Nacional.

A DIRETORIA

CONTADOR - Maximiliano da Silva de Jesus - CRC 1SP194.580/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

No ano de 2014, o Conglomerado Original promoveu a alteração de composição do Comitê de Auditoria. O Conglomerado optou pela migração para um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, o que se alinha às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos e a auditoria interna, e da auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão, utilizando abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado. A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2015.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30.06.2015 das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria recomenda à Administração do Conglomerado Financeiro Original, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 29 de julho de 2015

Comitê de Auditoria
Marcelo Habice da Motta
Márcio Antônio Teixeira Linares
Miguel Burgos Neto

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

Aos Administradores e Acionistas do
 Conglomerado Financeiro Original
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Combinadas

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Conglomerado. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Original em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 29 de julho de 2015

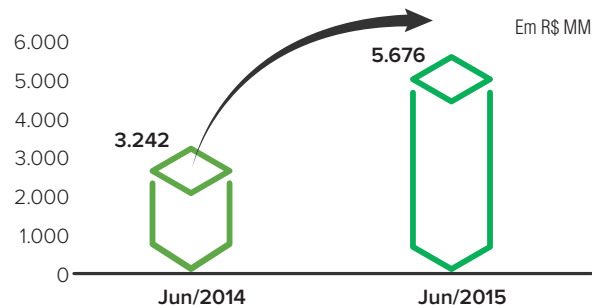
Alberto Spilborghs Neto
 Contador CRC 1SP167455/O-0

CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras Combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2015 e 2014, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Os relatórios completos auditados, com opinião favorável, sem ressalva, da KPMG, encontram-se no site www.original.com.br.

Evolução Ativo

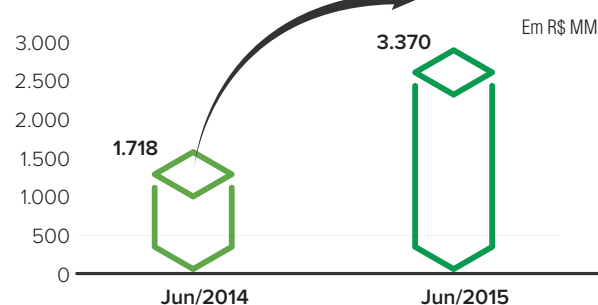


Crescimento de 75% dos Ativos



R\$ 2,1 Bilhões
Patrimônio Líquido

Evolução Operações de Crédito Expandida

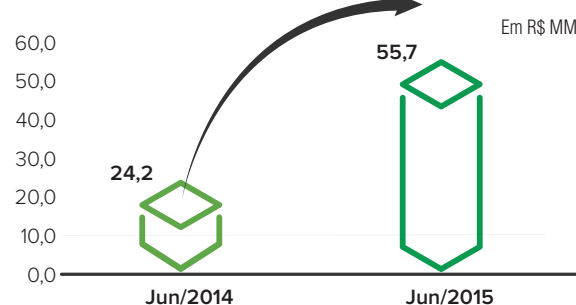


Crescimento de 96% da
Carteira de Crédito Expandida



34,9%
Índice de Basileia

Evolução Lucro Líquido



Crescimento de 130% do
Lucro Líquido

BALANÇO PATRIMONIAL Consolidado Sintético

(Em R\$ mil)

ATIVO	Jun/2015	Jun/2014	PASSIVO	Jun/2015	Jun/2014
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.241.249	3.166.784	PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.534.310	1.180.219
Disponibilidades	21.503	10.271	Depósitos e Recurso de Aceite e Emissão de Títulos	2.402.116	941.754
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez TVM e Derivativos	541.518	708.780	Captações no Mercado Aberto	234.901	9.500
Relações Interfinanceiras	1.406.009	609.835	Relações Interfinanceiras	615	72
Relações Interdependências	1.034	3.353	Relações Interdependências	1.711	6.174
Operações de Crédito	1.210	-	Obrigações por Empréstimos	600.518	15.480
Outros Créditos	2.970.907	1.557.341	Obrigações por Repasses do País - Inst. Oficiais	34.963	28.245
Outros Valores e Bens	233.578	211.699	Instrumentos Financeiros Derivativos	10.500	2.066
PERMANENTE	434.893	75.520	Outras Obrigações	248.986	176.928
Investimentos	54.394	1.134	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	3.441	1.581
Imobilizado de Uso	83.318	21.745	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.138.391	2.060.504
Intangível	297.181	52.641	TOTAL DO PASSIVO	5.676.142	3.242.304
TOTAL DO ATIVO	5.676.142	3.242.304			

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO Consolidado Sintético

(Em R\$ mil)

	Jun/2015	Jun/2014
Receita da Intermediação Financeira	454.308	213.479
Despesa da Intermediação Financeira	(264.484)	(65.617)
Resultado Bruto da Intermediação	189.824	147.862
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(94.098)	(88.432)
Resultado Operacional	95.726	59.430
Resultado não Operacional	97	(855)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	95.823	58.575
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.702)	(20.309)
Participações no Lucro - PLR	(24.447)	(14.105)
Lucro Líquido do Período	55.674	24.161